

## **PARECER Nº       , DE 2009**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, ao Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2008 (PL nº 1.507, de 2007, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 133 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso de cópia autenticada do Certificado de Licenciamento Anual.*

RELATOR: Senador **NEUTO DE CONTO**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2008, de autoria do ilustre Deputado Eliseu Padilha, propõe o acréscimo de parágrafo único ao art. 133 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que torna obrigatório o porte do Certificado de Licenciamento Anual (CLA), de forma a permitir o porte de cópia do referido documento, em substituição ao documento original, desde que autenticada em cartório ou pela repartição de trânsito que o expediu.

Em sua justificativa, o autor argumenta que a possibilidade do uso de cópia autenticada do CLA evitaria os custos e os transtornos da obtenção de segunda via do documento, em caso de furto ou extravio, facilitando a vida tanto de empresários, cujos veículos são conduzidos por diversos motoristas, bem como de proprietários particulares.

Observa que, no que tange aos documentos de porte obrigatório para a condução de veículos, o CTB exige a apresentação do original apenas nos casos da Permissão para Dirigir e da Carteira Nacional de Habilitação, ambas de caráter estritamente pessoal, mas não para o CLA, documento vinculado ao veículo e passível de ser utilizado por diferentes pessoas.

Afirma ainda que a obrigatoriedade do porte do CLA original somente foi determinada posteriormente, em 2007, por meio de resolução do

Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), sob a alegação de que o uso de cópia dificultaria a fiscalização.

A proposição em epígrafe foi apreciada nas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. No Senado Federal, não foram oferecidas emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, à qual a proposição foi distribuída com exclusividade, a análise das questões de mérito, além dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O PLC nº 155, de 2008, versa sobre normas gerais de trânsito, matéria sobre a qual a União tem competência privativa para legislar, conforme determina o art. 22 da Constituição Federal. Além disso, os arts. 48 e 61 da Constituição atribuem ao Congresso Nacional e a qualquer de seus membros, respectivamente, a iniciativa para a proposição de leis relativas a matérias de interesse da União.

A proposição, portanto, não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais, jurídicos e regimentais. Observa também os preceitos da técnica legislativa consolidados na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ao se referir expressamente à Lei 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

No que tange ao mérito, concordamos com a argumentação do autor da proposta, segundo o qual “devemos repelir um simples argumento de que a cópia autenticada dificulta a fiscalização”. Afinal, com os recursos propiciados pela tecnologia da informática, o poder público tem acesso a modernos meios de comunicação que oferecem informações sobre eventuais irregularidades relativas a veículos ou motoristas, de modo que a atividade de fiscalização pode ser plenamente exercida sem criar transtornos ou despesas adicionais para os cidadãos.

### **III – VOTO**

Pelo exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator